



Estado do Piauí Tribunal de Contas



CONTRATO Nº 08/2022/TCE-PI

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE DESIGN GRÁFICO PARA CRIAÇÃO E PRODUÇÃO DE COMUNICAÇÃO VISUAL PARA O PROJETO MEMÓRIA TCE-PI, QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ E A EMPRESA ALOHA! OFICINA DE IDEIAS LTDA. PARA OS FINS NELE ESPECIFICADOS.

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 05.818.935/0001-01, com sede nesta Capital, na Av. Pedro Freitas, nº 2100, bairro São Pedro, CEP 64.018-900, representado por sua Presidente, Conselheira Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins, CPF sob o nº 077.565.183-49 e RG Nº 171.133 SSP/PI, também designado CONTRATANTE, e, de outro lado, a empresa ALOHA! OFICINA DE IDEIAS LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.261.865/0001-50, sediada na Avenida Nossa Senhora de Fátima, nº 1557, Edifício Monsenhor Chaves, sala 105, bairro Jóquei, CEP 64048-180, Teresina-PI, aqui denominada CONTRATADA, neste ato representada pela sua sócia-administrativa Sra. Leticia França de Aguiar Paz Brito, CPF sob o nº 646.357.083-49 e RG nº 2004549 SSP-PI, celebram o presente Contrato, de acordo com a Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, e com o que consta do Processo Administrativo **TC/001535/2022** (Procedimento de Dispensa de Licitação nº 005/2022), nos seguintes termos:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada em design gráfico para criação e produção de comunicação visual para o Projeto Memória TCE-PI, que resgata a memória dos 122 anos da instituição e será lançado no aniversário do Tribunal em 2022.

1.2. Detalhamento do Objeto:

1.2.1. Criação e desenvolvimento da identidade visual do projeto, considerando as seguintes entregas:

1.2.1.1. Logo, slogan e manual de identidade visual contemplando:

- Aplicações da marca;



Estado do Piauí

Tribunal de Contas



- Positivo e negativo;
- Reduções;
- Aplicação da marca em Produtos.

1.2.1.2. Hot site

Será criado um site com conteúdos relacionados ao Projeto Memória, tais como: fotografias, vídeos, documentos e textos. Esse site será hospedado no servidor atual Tribunal de Contas e seu acesso será a partir da home do site atual do TCE-PI (www.tce.pi.gov.br). A empresa contratada deverá:

- a) Colaborar para definir, em conjunto com a equipe do TCE-PI, a estrutura de menus e páginas do site (arquitetura de navegação);
- b) Criar todos os templates (home, páginas internas e imagens para links no site principal do TCE-PI);
- c) Auxiliar na edição do material (textos, títulos, vídeos e fotos), seguindo melhores estratégias de SEO;
- d) Programar o site utilizando plataformas abertas, tipo Wordpress.

1.2.1.3. Livro

- a) Miolo com até 200 páginas (4/4 ou 1/1) + capa (4/4), com 3 a 4 revisões no PDF com alterações de texto etc.
- b) Textos, tabelas, gráficos, quadros e imagens diagramados, com tratamento de imagens e mapas, criação de ilustrações, ícones e infografias (se necessário), de todos os elementos da publicação.
- c) Todos os textos serão fornecidos pela Contratante, e a Contratada será responsável pela revisão ortográfica do material. A impressão será de responsabilidade da Contratante.

1.2.1.4. Vídeos

Produção de dois vídeos institucionais, sendo um com duração de 20 minutos e outro com duração de 5 minutos:

- a) Criação de roteiro/texto para produção de vídeos institucionais, em formato 8k, na cidade de Teresina.
- b) O roteiro deve ser aprovado previamente. As imagens para produção do vídeo deverão ser captadas e produzidas pela CONTRATADA, assim como as cenas de computação gráfica. Eventuais imagens de arquivo devem ser fornecidas pela CONTRATANTE.
- c) No vídeo maior, de 20 minutos, a proposta é elaborar algo mais detalhado, semelhante a um documentário, com imagens, narração, depoimentos, animação, entre outros detalhes. Já



Estado do Piauí

Tribunal de Contas



no vídeo menor, de 5 minutos, a proposta é algo mais enxuto, sem depoimentos, numa proposta semelhante a um teaser, para ser usado em redes sociais.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO E LOCAL DE ENTREGA:

2.1. Os serviços deverão ser entregues nos seguintes prazos:

2.1.1. A primeira versão do Item 1.2.1.1 em até 10 dias, após a entrega do material pela CONTRATANTE para a CONTRATADA; Versão final em até 15 dias, após a referida entrega do material.

2.1.2. A primeira versão do Item 1.2.1.2 em até 45 dias, após a entrega do material pela CONTRATANTE para a CONTRATADA; Versão final em até 60 dias, após a referida entrega do material.

2.1.3. A primeira versão do Item 1.2.1.3 em até 30 dias, após a entrega do material pela CONTRATANTE para a CONTRATADA; Versão final em até 45 dias, após a referida entrega do material.

2.1.4. A primeira versão do Item 1.2.1.4 em até 30 dias, após a entrega do material pela CONTRATANTE para a CONTRATADA; Versão final em até 45 dias, após a referida entrega do material.

2.2. O cronograma para a execução do serviço pode ser alterado conforme decisão da CONTRATANTE.

2.3. O material produzido deverá ser apresentado à Comunicação Social do TCE-PI, situado na Av. Pedro Freitas, 2001, Centro Administrativo, em Teresina-PI.

2.4. Os produtos dos itens 1.2.1.1 e 1.2.1.3 deverão ser entregues em formato eletrônico em PDF para visualização em mídias digitais, formato fechado, pronto para impressão gráfica e aberto para edição.

2.5. O produto final do item 1.2.1.4 deverá estar em alta definição e ser entregue em mídia eletrônica, seja CD, DVD ou pen drive. O direito das imagens captadas será automaticamente transmitido ao TCE-PI. Todas as imagens e produtos obtidos a partir da execução do presente objeto, propriedade e direitos de uso serão exclusivos do TCE-PI.



Estado do Piauí

Tribunal de Contas



3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

- 3.1. O valor total da contratação é de R\$ 44.880,00 (quarenta e quatro mil, oitocentos e oitenta reais), a ser pago mediante crédito bancário em conta corrente da contratada.
- 3.2. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação da proposta.
- 3.3. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor, divulgado pelo IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

4. CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

- 4.1. O requerimento de pagamento deverá ser efetuado pelo sistema Protocolo Web, instituído pela Instrução Normativa nº 09/2020, publicada no Diário Oficial Eletrônico do TCE/PI nº 237/2020, de 21/12/2020, contendo solicitação de pagamento, recibo, fatura/Nota Fiscal apresentada pelo contratado, bem como os documentos de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista;
- 4.2. O pagamento, mediante crédito bancário em conta corrente, será efetuado em até 30 (trinta) dias contados do primeiro dia útil seguinte à protocolização do pedido, por ordem bancária, devendo nele constar o Atesto de Recebimento Definitivo pelo setor competente, observado o cumprimento integral das disposições contidas no Termo de Referência e seus anexos.
- 4.3. O pagamento será realizado mediante crédito bancário, de titularidade da CONTRATADA e vinculado ao CNPJ próprio da empresa, não se admitindo, em hipótese alguma, desconto ou cobrança de título na rede bancária.
- 4.4. Na existência de erros, omissões ou irregularidades, o Contratante devolverá a documentação à Contratada, para as correções devidas, passando o novo prazo para pagamento a ser contado a partir da data de sua reapresentação.
- 4.5. Não haverá, em hipótese alguma, pagamento antecipado.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 5.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria para o exercício de 2022, na classificação a seguir:

Fonte: 100 - Recurso do Tesouro Estadual

01.032.0017.4121 - Gestão Estratégica e Manutenção Operacional

339040 - Serviços Pessoa Jurídica -Tecnologia da Informação e Comunicação



Estado do Piauí

Tribunal de Contas



6. CLÁUSULA SEXTA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 124 da Lei n.º 14.133/2021, desde que haja interesse do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

7.1. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da publicação do seu extrato no Diário Oficial do TCE/PI.

8. CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE

8.1. O CONTRATADO obriga-se a:

- a) Executar os serviços contratados no prazo e em conformidade com as descrições propostas neste Contrato;
- b) Indicar nome e telefone para comunicação e notificação para atendimento das demandas bem como esclarecimento de dúvidas de quaisquer naturezas quanto aos serviços a serem executados;
- c) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto a ser contratado, sem prévia anuência da Contratante;
- d) Elaborar ilustrações, se necessárias à obra, responsabilizando-se, civil e criminalmente, pelas imagens capturadas/criadas, respeitando os direitos autorais, morais e patrimoniais de seus autores;
- e) Dar plenas condições para o acompanhamento pessoal dos trabalhos de edição, diagramação e arte pela Contratante.
- f) Assinar o instrumento de contrato ou confirmar o recebimento da nota de empenho no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, após notificação por escrito.
- g) Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;
- h) Implantar, de forma adequada, o planejamento, a execução e a supervisão dos serviços;
- i) Utilizar, na realização dos serviços, mão-de-obra qualificada, regularmente contratada;
- j) Responsabilizar-se pelos encargos fiscais, trabalhistas e da seguridade social resultante da execução do contrato;
- k) Observar as leis e regulamentos referentes aos serviços e à segurança pública, bem como as normas técnicas da ABNT;



Estado do Piauí

Tribunal de Contas



- l) Responsabilizar-se por danos ou prejuízos causados ao Tribunal ou a terceiros, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito de seus empregados às normas de conduta e segurança, quando da execução dos serviços;
- m) Obter todas as licenças, autorizações e franquias junto aos órgãos públicos federais, estaduais e municipais necessárias à execução dos serviços contratados, arcando com todos os emolumentos prescritos por lei;
- n) Reunir-se, sempre que convocado, com a Contratante;
- o) Relatar ao responsável pela fiscalização as irregularidades observadas em virtude da prestação do serviço;
- p) Manter, durante toda a execução da contratação, as mesmas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- q) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nos serviços, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação, consoante o art. 125 da Lei nº 14.133/2021;
- r) Utilizar de forma privativa e confidencial, os documentos fornecidos pelo Contratante para a execução do Contrato.

8.2. O CONTRATANTE obriga-se a:

- a) Receber o serviço, no local, data e horário estabelecido;
- b) Acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas, comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquela;
- c) Atestar as faturas, comprovando a realização dos serviços solicitados;
- d) Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com a forma e com o prazo estabelecidos;
- e) Fornecer todas as informações necessárias ao cumprimento das obrigações pela Contratada.

9. CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

9.1 A extinção desta contratação se dará nos termos dos arts. 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021.

9.2 No procedimento que visa à rescisão do contrato serão assegurados o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a CONTRATADA terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de o TCE/PI adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES



Estado do Piauí

Tribunal de Contas



10.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

- 10.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 10.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 10.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;
- 10.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 10.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 10.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 10.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 10.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa;
- 10.1.9. fraudar a dispensa de licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 10.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 10.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores.
- 10.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame.
- 10.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 10.2.1. Advertência pela falta do subitem 10.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
 - 10.2.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 10.1.1 a 10.1.12;
 - 10.2.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 10.1.2 a 10.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
 - 10.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 10.1.8 a 10.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;
- 10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 10.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;



Estado do Piauí

Tribunal de Contas



- 10.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 10.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 10.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 10.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 10.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 10.5. A aplicação das sanções previstas neste instrumento, em hipótese alguma, retira a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- 10.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 10.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.
- 10.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 10.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 10.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

- 11.1. O contrato será acompanhado e fiscalizado por servidor lotado na Seção de Comunicação Social, observando-se o exato cumprimento de todas as cláusulas e condições do instrumento contratual, determinando quando necessário, a regularização de falhas observadas, cabendo ao referido servidor o “ATESTO” das respectivas Notas Fiscais.
- 11.2. Caberá ao servidor designado rejeitar, totalmente ou em parte, o objeto contratado que não esteja de acordo com as exigências estabelecidas bem como avaliar pedidos de prorrogação de prazo.
- 11.3. A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do Contratante, não elide nem diminui a responsabilidade da empresa Contratada quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes.



Estado do Piauí

Tribunal de Contas



12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO

12.1. O extrato do instrumento de contrato será divulgado e mantido à disposição do público no sítio eletrônico do TCE/PI, além de ser publicado no Diário Oficial Eletrônico.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS

13.1. Aplicar-se-á a Lei Federal nº 14.133/2021, com suas posteriores modificações, aos casos omissos do presente Contrato.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1. É competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato o Foro da Comarca de Teresina, Capital do Estado do Piauí, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e como prova de assim haverem entre si ajustado e contratado, foi lavrado o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, uma das quais se destina ao CONTRATADO, o qual, depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes.

Teresina (PI), 15 de março de 2022.

Conselheira Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins
Presidente do TCE/PI

Letícia França de Aguiar Paz Brito
Letícia França de Aguiar Paz Brito
Representante legal da Contratada